



ID: 51657889

07-01-2014

ATUALIDADE II

CRISE ECONÓMICA

ESTADO ■ PARA REDUZIR GASTOS COM REFORMAS



Governo altera taxa mínima da CES

■ Contribuição poderá variar entre 2,5% e 12%, contra os atuais 3,5% e 10%, para compensar chumbo da convergência. Pensões de dois mil euros correm risco de sofrer forte penalização

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Governo prepara-se para alterar as taxas da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) sobre as pensões: ao mesmo tempo que pondera aplicar a CES a pensões superiores a mil euros brutos por mês, contra os atuais 1350 euros. As taxas devem passar para 2,5% (a mínima) e 12% a máxima (igual a corte nos salários no Estado), contra os atuais 3,5% a 10%. Por esta via, uma pensão de dois mil euros, que atualmente é penalizada com uma taxa de 3,5%, pode sofrer um agravamento para os 4% ou 5%.

Mais de cem mil pessoas têm pensões acima de dois mil euros

Perante o chumbo do Tribunal Constitucional à convergência nas pensões, o Governo, segundo apurou o CM, pondera aplicar à CES um princípio semelhante ao aplicado na redução dos salários dos funcionários públicos em 2014. Ou seja,

alarga a base de incidência e altera as taxas, com vista a aumentar a redução da despesa com as pensões entre dois mil e os três mil euros (ver cenário possível na infografia).

Neste intervalo, segundo os relatórios anuais da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e da Segurança Social, concentram-se mais de cem mil pensionistas da

CGA e da Segurança Social, dos quais a maioria são ex-funcionários públicos. E este número tenderá a aumentar na CGA, por via das reformas antecipadas. Como a convergência das pensões da CGA com a

Segurança Social previa um corte médio de 10% nas pensões de todos os funcionários públicos, uma alteração das taxas da CES pretende aumentar, ainda mais, a redução da despesa com pensões. Com as mudanças na CES e o aumento da contribuição dos funcionários públicos para a ADSE, o Governo quer obter a

Taxas mais progressivas
Cenário possível da futura Contribuição Especial de Solidariedade



Fonte: Elaboração própria

CORREIO DA MANHÃ

redução na despesa que estava prevista no regime de convergência e que era de 388 milhões de euros.

Para já, o Governo não tomou decisões sobre como vai recalibrar a medida chumbada pelo Tribunal Constitucional, e só o vice-primeiro-ministro adiantou a possibilidade de um montante mínimo de isenção dos cortes: mil euros. ■

PORMENORES

● **PAULO PORTAS**
O vice-primeiro-ministro Paulo Portas sempre se manifestou contra a aplicação de uma taxa social única aos reformados e pensionistas.

● **EXCLUÍDOS**
Paulo Portas disse que 95% dos pensionistas da Segurança Social ficam isentos da contribuição. Por isso, a nova CES irá abranger mais reformados do Estado.

● **ABRANGIDOS**
O alargamento da base de incidência da CES poderá abranger um universo de mais de 80 mil pensionistas da CGA e da Segurança Social.

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



DIOGO FEIO | FIM DO RESGATE

O eurodeputado do CDS Diogo Feio afirmou que o Governo prevê acabar o programa de resgate dia 17 de maio, após reunião com o vice-primeiro-ministro Paulo Portas



COMISSÕES | COMPOSIÇÃO

Deverão ser conhecidos em breve os elementos que vão constituir as comissões de Reforma do Imposto sobre as Pessoas Singulares (IRS) e fiscalidade verde

CARROS | SORTEIOS EM MARÇO

Os sorteios de carros do Fisco com base no número das faturas pedidas desde janeiro deverão começar no final do primeiro trimestre deste ano

■ Executivo está a estudar formas de compensar o chumbo do Constitucional

7,5 MILHÕES DE FATURAS EM 7 DIAS

● Segundo o Portal das Finanças, nos primeiros sete dias de 2014 já foram registadas mais de 7,5 milhões de faturas, mas só pouco mais de 615 mil tinham número de contribuinte.

RESTAURANTES NA LIDERANÇA

● Como aconteceu em 2013, na primeira semana de 2014 o setor da restauração lidera destacado o volume de faturas pedidas pelos contribuintes portugueses.

DISCURSO DIRETO

DOMINGUES AZEVEDO
Bastonaário da OTOC

"Temo os efeitos na economia"

Correio da Manhã – Como vê o sucesso do perdão fiscal?
Domingues Azevedo – Um sucesso nos números, que esconde uma realidade. Não se pagava porque não havia dinheiro. As empresas tiveram de desviar o dinheiro de outras despesas – salários de trabalhadores, pagamentos a fornecedores, etc. – para regularizar a dívida. Temo os efeitos que isto vai ter na economia.

– **As empresas têm condições para continuar a pagar?**
– Se desviaram o dinheiro de outras despesas para pagar a dívida, agora terão de deixar de pagar impostos para regularizarem essas outras dívidas.

– **Qual teria sido a alternativa?**

– Uma solução que permitisse o pagamento da dívida ao Fisco em prestações, por exemplo. ■



Centenas de chefias do Estado são substituídas

■ Centenas de chefias de topo da Administração Pública vão ser substituídas nos próximos meses. Em causa estão cargos de direção ou presidência de vários organismos públicos, com remunerações associadas que variam entre os 3000 e os 5400 euros. Neste momento, estão a decorrer cerca de meia centena de concursos, mas em breve deverão ser lançados mais 150, de acordo com a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

Entre os cargos que vão estar a concurso, contam-se o de presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, deixado

vago por Octávio Oliveira quando foi nomeado secretário de Estado do Emprego, e o de inspetor-geral das Finanças, até há pouco tempo ocupado por José Maria Leite Martins, atual secretário de Estado da Administração Pública. Também nesta situação está o lugar de presidente da Autoridade Tributária, atualmente ocupado por Azevedo Pereira. O diretor-geral do Fisco está em fim de mandato e não é certo que concorra para se manter no cargo.

O concurso público para a presidência do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que conta neste momento com

Lugares para gestores com salários entre 3000 e 5400 euros

Jorge Gaspar como presidente em regime de substituição, foi lançado ontem em Diário da República. Aliás, ontem foram lançados 16 concursos para dirigentes de instituições dos ministérios das Finanças e da Segurança Social. Estes dois ministérios eram os mais atrasados relativamente ao lançamento de concursos. ■



■ Azevedo Pereira termina mandato no Fisco; já Octávio Teixeira e José Maria Leite Martins estão no Governo

Mil inspetores disponíveis a partir de maio

● Depois dos resultados do perdão fiscal, que arrecadou mais de 1,2 mil milhões de euros, chega a vez de a Autoridade Tributária reforçar a fiscalização junto dos contribuintes. Para tanto, foram integrados na semana passada nos quadros daquele serviço 300 novos inspetores tributários. Este número será reforçado com mais mil novos elementos, que resultarão de um concurso interno que será aberto brevemente. Estes novos inspetores vão começar a estagiar juntos dos serviços no mês de maio. ■



■ As repartições de Finanças vão reforçar a fiscalização junto dos contribuintes

Pedro Ferreira Pinto nomeado na Parpública

● Uma das primeiras mudanças visíveis em organismos estatais surge na Parpública, a empresa que gere os ativos do Estado. O nome de Pedro Ferreira Pinto obteve parecer positivo da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), tendo a nomeação sido ontem tornada pública. Pedro Ferreira Pinto sucede a Joaquim Pais Jorge, que deixou em julho a Parpública para ir para a Secretaria de Estado do Tesouro, lugar que abandonou no mês seguinte por causa da polémica dos contratos swap. ■



■ Parpública estava sem presidente desde julho devido à saída de Joaquim Pais Jorge

CONFUSÃO NOS SUBSÍDIOS

● Ontem foi o último dia para os trabalhadores optarem pelo modo de pagamento dos subsídios de férias e de Natal (integral ou em duodécimos), mas a confusão instalou-se nas empresas públicas.

PERDÃO FISCAL REDUZ DÉFICE

● A receita do perdão fiscal (1,2 mil milhões), a que se soma uma cobrança recorde de impostos em 2013, pode levar o défice a ficar abaixo dos 5,2% do Produto Interno Bruto.